

# PLANO DE EMERGÊNCIA EM ARQUIVOS: ABORDAGEM SOB A ÓPTICA DA COMPETÊNCIA DO ARQUIVISTA EM SANTA CATARINA<sup>1</sup>

E-mail:  
carlosalberto.cb@bol.com.br  
eliana.maria@ufsc.br

Carlos Alberto Rodrigues<sup>2</sup>, Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho<sup>3</sup>

## RESUMO

Expõe pesquisa em andamento que aborda planos de emergência em arquivos no contexto da competência do profissional da informação arquivista. O estudo tem como objetivo geral caracterizar os planos de emergência em arquivos no âmbito da competência do profissional da informação arquivista, em Santa Catarina. De modo específico se propõe a: Analisar publicações científicas relacionadas a planos de emergência em arquivos e competência profissional do arquivista no período de 2013 a 2019; Mapear riscos de desastres de nove arquivos localizados nas cidades catarinenses de Florianópolis, São José e Palhoça, registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ); Identificar perfil de competência profissional do arquivista no âmbito do plano de emergência em arquivos. Caracteriza-se como uma pesquisa teórico-aplicada, quali-quantitativa, exploratória, bibliográfica, documental e de campo. Espera-se como resultado: Bibliografias basilares da gestão de desastre em arquivos disponibilizadas por órgãos governamentais internacionais e nacionais; Produções científicas, autores e enfoques acerca das temáticas planos de emergência em arquivos e competência do arquivista no recorte temporal 2013 – 2019; Mapeamento de riscos de desastre de nove arquivos catarinenses cadastrados no CODEARQ; Análise dos dados obtidos no mapeamento de riscos; Perfil de competência do arquivista para atuar na gestão de desastre em arquivos.

**Palavras chave:** Arquivo; Patrimônio cultural; Desastres; Plano de emergência; Arquivista.

## RESUMO

It exposes ongoing research that addresses emergency plans in archives in the context of the competence of the archivist information professional. The general objective of the study is to characterize the emergency plans in archives within the competence of the archivist information professional, in Santa Catarina. Specifically, it proposes to: Analyze scientific publications related to emergency plans in archives and professional competence of the archivist in the period from 2013 to 2019; Map disaster risks of the nine archives located in the cities of Florianópolis, São José and Palhoça, registered in the *Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos* (CODEARQ); Identify the professional competence profile of the archivist within the scope of the emergency plan on archives. It is characterized as a theoretical-applied, quali-quantitative, exploratory, bibliographic, documentary and field research. It is expected as a result: Basic bibliographies of disaster management in archives made available by international and national government agencies; Scientific productions, authors and focuses on thematic emergency plans in archives and the competence of the archivist in the time frame 2013 - 2019; Disaster risk mapping of nine Santa Catarina files registered with CODEARQ; Analysis of the data obtained in the risk mapping; Competence profile of the archivist to act in disaster management in archives.

<sup>1</sup> Pesquisa sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil.

**Keywords:** Archives; Cultural heritage; Disaster; Emergency plan; Archivist.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo exhibe estudo em andamento que integra a linha de pesquisa 1 – Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesta linha de pesquisa, sob o eixo temático: Profissionais da informação, competência em informação e publicação científica, aduz um debate que relaciona planos de emergência em arquivo e competência do profissional da informação arquivista.

Sob o olhar científico a pesquisa se justifica pelos resultados apurados na produção científica em relação à prevenção de emergências e controle de desastres em unidades de informação, evidenciados em pesquisa exploratória realizada por este autor em 05 de janeiro de 2020 nas bases de dados: *Scopus*, *Web of Science*, *Library & Information Science Abstracts (LISA)*, *Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA)* e *ProQuest Dissertation & Theses Global*. A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada recuperou 82 relatos para a combinação de palavras-chave “plano de emergência”, “arquivos” e “edifícios de arquivo” e suas equivalentes nos idiomas inglês e espanhol no período de 2013 a 2018, os quais evidenciam: o plano de emergência como medida eficaz e consolidada pela bibliografia para gestão de desastres em arquivos; carência de pesquisas com foco em arquivos brasileiros; carência de pesquisas que abordem o plano de emergência sob o enfoque da competência do arquivista; ambientes pesquisados ou não possuem planos de emergência, ou possuem planos deficitários e desatualizados.

Do ponto de vista social se justifica pela contribuição para a gestão de arquivos brasileiros no que tange às suas obrigações legais de acesso e preservação da informação. Ao considerar o dever do Poder Público de preservar a memória e o direito de acesso, instituídos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, se configura oportuno o debate da temática de pesquisa. A elaboração e execução de planos de emergência desempenha papel relevante na preservação dos registros documentais e garantia do acesso à informação, bem como estudos voltados à competência dos profissionais da informação têm apontado o arquivista contemporâneo como gestor e mediador ativo da informação nos arquivos.

O objetivo geral do estudo é caracterizar os planos de emergência em arquivos no âmbito da competência do profissional da informação arquivista, em Santa Catarina. Os objetivos específicos são: a) Analisar publicações científicas relacionadas a planos de emergência em arquivos e competência profissional do arquivista no período de 2013 a 2019; b) Mapear riscos de desastres de nove arquivos localizados nas cidades catarinenses de Florianópolis, São José e Palhoça, registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ); c) Identificar perfil de competência profissional do arquivista no âmbito do plano de emergência em arquivos. Para consecução dos objetivos específicos propôs-se os procedimentos apresentados no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Procedimentos metodológicos.

Objetivos específicos	Coleta de dados	Análise de dados
Objetivo específico “a”	1 – Protocolo de RSL; 2 – Bibliometria; 3 – Busca na literatura e documentos	Abordagem Qualitativa
Objetivo específico “b”	1 – Questionário 2 – Formulário de levantamento de risco.	Abordagem Qualitativa Quantitativa
Objetivo específico “c”	1 – Procura na literatura e documentos 2 – Análise dos dados obtidos no objetivo “b”.	Abordagem Qualitativa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Com a realização desta pesquisa espera-se evidenciar a competência profissional do arquivista no âmbito da elaboração e execução de planos de emergência em arquivos enquanto prerrogativa profissional (preservação do patrimônio cultural representado nos documentos de arquivo).

A partir do estudo realizado, serão apresentados: bibliografias basilares da gestão de desastre em arquivos disponibilizadas por órgãos governamentais internacionais e nacionais; produções científicas, autores e enfoques acerca das temáticas planos de emergência em arquivos e competência do arquivista no recorte temporal 2013 – 2019; mapeamento de riscos de desastre de nove arquivos catarinenses cadastrados no CODEARQ; análise dos dados obtidos no mapeamento de riscos; perfil de competência do arquivista para atuar na gestão de desastre em arquivos.

Em sentido amplo, espera-se interferir na realidade dos arquivos e na formação dos arquivistas brasileiros através da difusão de planos de emergência em arquivos no âmbito da Ciência da Informação, bem como vislumbrar possibilidades de ampliação de seu escopo de atuação interdisciplinar, qualificar o diálogo com outras áreas de conhecimento humano e contribuir para a preservação e acesso à informação, requisito vital ao exercício pleno da cidadania em uma sociedade democrática.

As reflexões a seguir apresentadas têm o condão de contextualizar o estudo em andamento e anunciar os principais pilares teóricos que o sustentam.

## *2 OS ARQUIVOS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL*

A informação, que sempre desempenhou papel relevante no desenvolvimento das nações, é na atualidade um insumo basilar para o progresso e possui um valor que vai além do capital na sociedade contemporânea, marcada pelo paradigma econômico-tecnológico da informação (CASTELLS, 2016). Para Saracevic (1996) a visibilidade social e econômica adquirida pela informação decorre de seu potencial estratégico no desenvolvimento das nações, progresso social e competição em mercados globalizados.

Neste cenário, a dimensão humana e social dos documentos de arquivo, definidos pela

Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018) como prova e ativo de informação mantidos por organizações e/ou pessoas, favorece seu reconhecimento internacional como parte do patrimônio cultural das nações que necessita ser preservado.

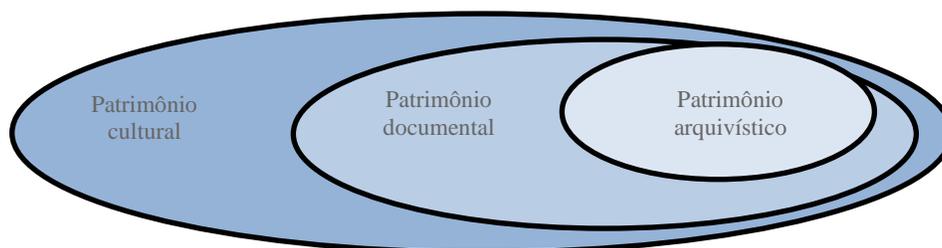
Para o *International Council on Archives* (2010), por refletirem de maneira orgânica as funções e atividades dos organismos produtores, os arquivos se estabelecem como um patrimônio único e imprescindível que necessita ser preservado e repassado de uma geração a outra como evidência das atividades administrativas, culturais e intelectuais desenvolvidas pela sociedade.

Ao defender os arquivos como um legado repassado através do tempo, Buchanan (1988) advoga que os documentos de arquivo são testemunhos da história que refletem interações sociais e históricas acerca do que foi pensado, criado e descoberto em um determinado tempo e contexto e, por este motivo, merecem ser preservados.

De acordo com *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization* (2002), o patrimônio documental armazenado em arquivos, bibliotecas e museus é parte relevante do patrimônio cultural mundial que necessita ser preservado, pois é registro de pensamentos, descobertas e realizações humanas. A parcela deste patrimônio documental constituída pelos documentos de arquivo é chamada de patrimônio arquivístico, o qual é assim definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: “Conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130).

Das assertivas se depreende que o patrimônio arquivístico é uma parcela do patrimônio documental, enquanto o patrimônio documental é uma parte do patrimônio cultural. A figura a seguir ilustra a relação entre patrimônio cultural, patrimônio documental e patrimônio arquivístico.

Figura 1 – Relação entre patrimônio cultural, documental e arquivístico.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 ampara os documentos como parte do patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1988) e a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 estabelece que o patrimônio arquivístico nacional é o conjunto composto pelos documentos avaliados como de valor permanente, mantidos nos arquivos: a) do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), a saber os arquivos dos órgãos públicos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário das esferas federal, estadual, municipal e do distrito federal; b) de instituições privadas, declarados de interesse público pela presidência da república (BRASIL, 1991).

Este patrimônio arquivístico nacional se encontra pulverizado por todo o País, armazenado nos arquivos dos órgãos públicos constituintes do SINAR e de algumas instituições privadas declarados de interesse público. Em alguns casos, permanece armazenado sob rigorosos procedimentos de preservação, noutros sujeito a deficiências de manutenção dos edifícios, escassez de medidas de proteção contra incêndio e negligência de procedimentos de gestão de

risco de desastres ao patrimônio cultural (FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA, 2000).

Nesta realidade dicotômica, uma parte dos arquivos ainda não quantificada pelas pesquisas brasileiras no campo da Ciência da Informação, desenvolve suas atividades sem planejamento formal contra os riscos oriundos da ocorrência de desastres, tema abordado a seguir.

### 3 DESASTRE EM ARQUIVOS

Permeada pelo pujante desenvolvimento tecnológico e científico, a sociedade contemporânea continua a ser atingida por um inimigo antigo, eficaz e altamente destrutivo, os desastres. Estes eventos têm registrado aumento de frequência e intensidade em escala global e pressionado governos e sociedade civil a desenvolverem iniciativas integradas para a gestão deste tipo de ocorrência (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2016; CARDOSO; PINTO, 2017).

No caso específico de locais de patrimônio cultural, recentes incêndios envolvendo edifícios que são ou abrigam patrimônio cultural, como os ocorridos: no Museu Nacional, no Brasil, em 2018; na Catedral de Notre-Dame, na França, em 2019; no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil, em 2020, evidenciam os riscos a que estes locais de preservação cultural estão expostos e os prejuízos irrecuperáveis que a ocorrência de desastres podem causar (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION, 2019; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2020).

Com registro presente em toda a história humana, foi a partir da grande inundação de Florência, em 1966, que perdas em patrimônio cultural pela ocorrência de desastres passaram a ser abordadas como em evento passível de previsão e recuperação. Para além de uma ocorrência do destino, os desastres em patrimônio cultural passaram a ser abordados como um evento sujeito a planejamento sistemático (HERNANPÉREZ, 2011; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1997).

Para o *International Council on Archives* (1997), desastres são ocorrências não desejadas, temporárias e com grande poder destrutivo em arquivos que podem decorrer tanto de causas naturais (ex.: alterações climáticas, terremoto, furacão) e/ou da ação antrópica (ex.: ação terrorista, incêndio, vazamento de água), como também da localização do edifício de arquivo: próximo de áreas industriais, militares, tráfego aéreo, de conflito político ou civil.

Na mesma linha, McIlwaine (2006) assinala que os riscos de desastre em arquivos podem derivar do exterior do edifício, da estrutura e serviços do edifício e da ação do homem. O edifício de arquivo pode ser atingido em seu exterior por: temporais, inundações, terremotos, deslizamentos de terra e agentes derivados da proximidade com instalações de risco (industriais, militares, políticas, autopistas, rotas aéreas). A estrutura e serviços do edifício pode ser fonte de risco por falhas em instalações elétricas, de gás, equipamentos, laboratórios, instalações de água e esgoto e sistema de ar condicionado. Os riscos advindos da ação humana podem incluir: incêndio criminoso, vandalismo, terrorismo e conflitos civis.

Na atualidade, ao admitir o risco de desastres em arquivo como uma constante, a bibliografia internacional preconiza a planificação como estratégia eficaz para prevenir-se e atenuar as consequências deste tipo de ocorrência (HERNANPÉREZ, 2011).

A planificação de desastres em arquivo tem como objetivo levantar os riscos a que estão

sujeitos o edifício e os documentos de arquivo, bem como estabelecer as medidas, procedimentos e recursos necessários durante e após a ocorrência de situações de emergência. A materialização deste planejamento resulta na elaboração de um documento escrito chamado plano de emergência, tratado a seguir.

#### 4 PLANO DE EMERGÊNCIA EM ARQUIVOS

A salvaguarda dos documentos de arquivo se estabelece pela implementação de políticas de preservação que contemplem, além dos agentes de degradação natural dos documentos, os riscos suscitados pela ocorrência de desastres e a implantação e execução de planos de emergência (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1997).

Uma vez que o patrimônio cultural mundial mantido nos arquivos está constantemente sujeito ao risco de desastre, a elaboração e implementação de planos de emergência que contenham estratégias para a gestão dos desastres se configura como a medida mais eficaz para a preservação deste patrimônio da humanidade (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2002).

De acordo com o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, plano de emergência, plano de controle de desastre e plano de desastre são sinônimos que se referem a “Parte de plano de proteção civil aplicada aos arquivos que estabelece medidas preventivas e de emergência em caso de sinistros” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 133).

Segundo Buchanan (1988) a estrutura do plano de emergência se baseia em quatro áreas principais que contemplam todas as medidas, procedimentos e recursos necessários para atuação antes, durante e depois da ocorrência de desastres, são elas:

- a) Prevenção – levantamento de riscos externos e internos à edificação e aos documentos;
- b) Proteção – define as medidas para proteger os documentos dos riscos potenciais;
- c) Resposta – elenca os procedimentos a serem adotados durante a ocorrência de desastre;
- d) Recuperação - compreende as medidas para recuperar os documentos danificados e reestabelecer o funcionamento do arquivo.

Amplamente recomendados pela bibliografia internacional, conforme advoga (HERNANPÉREZ, 2011), o plano de emergência é alvitado no Brasil pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o qual orienta que as instituições arquivísticas brasileiras estabeleçam planos de emergência baseados no levantamento prévio de riscos a que estão sujeitos o edifício e os documentos de arquivo e que estes planos contenham programa de manutenção do edifício (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, 2012).

O Brasil carece de pesquisas que apresentem um panorama detalhado acerca da planificação de emergência nos arquivos que armazenam o patrimônio cultural nacional. Estudo que se propôs a conhecer a realidade dos arquivos da América Latina, realizado pela *Fundación Histórica Tavera* em colaboração com o Banco Mundial e Organização dos Estados Americanos (OEA), identificou que dentre 74 instituições brasileiras que responderam à pesquisa, 53,1 % dispunham de medidas contra incêndio, enquanto que 46,9 % não possuíam medidas contra incêndio (FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA, 2000).

Apesar da baixa amplitude amostral declarada pelo referido estudo (31 % das instituições responderam ao questionário enviado), os resultados registrados apontam para uma realidade desconcertante na qual parte das instituições que mantém o patrimônio cultural brasileiro se

encontram desprovidas de sistemas de proteção contra incêndio, um tipo de ocorrência que é a principal causa de desastre em arquivos e bibliotecas segundo McIlwaine (2006).

Nyanga; Nengomasha; Beukes-amiss (2018) alertam que a situação dos planos de emergência em muitos países é desfavorável à preservação dos documentos: poucos arquivos possuem plano de emergência e os que possuem, mantêm planos desatualizados e/ou em desacordo com a bibliografia relacionada à gestão de desastres em patrimônio cultural.

Na Grécia, estudo realizado por Kostagiolas et al (2011) em bibliotecas gregas identificou motivos da inexistência de planos de emergência relatados pelos gestores: 29% alega outras prioridades, 23 % afirma não ser de sua responsabilidade, 17 % desconheciam a temática e outros 17% argumenta que não mantem plano de emergência devido ao custo.

Ao admitir a planificação de desastres em arquivo como parte das suas atribuições profissionais, emerge uma realidade instigante na qual o profissional da informação arquivista necessita mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para elaborar e executar planos de emergência em arquivos. Não obstante, Fleischer e Heppner (2009) alertam que muitos arquivistas não sabem como fazê-lo.

Cogita-se assim, que o arquivista necessita desenvolver competência que o possibilite ser capaz de elaborar e executar planos de emergência como forma de preservar documentos que constituem, segundo Fugueras e Mundet (2008), o patrimônio cultural confiado aos arquivos. A seguir aborda-se a temática competência profissional.

## *5 COMPETÊNCIA PROFISSIONAL*

O estudo da competência profissional desenvolveu-se a partir da década de 1970 sob uma realidade social de desemprego e excedente de mão-de-obra na qual o mercado de trabalho passou a professar que, para além da qualificação, os profissionais deveriam possuir competência que os possibilitassem alcançar padrões elevados de eficácia em ambientes dinâmicos (FLEURY; FLEURY, 2001; STÊNICO; ADAM, 2016).

Desde então a competência tem sido objeto de uma ampla gama de estudos. Fleury e Fleury (2001) indicam que a temática competência está atualmente presente em debates acadêmicos e empresariais, no nível das pessoas, das organizações e das nações. Busca-se investigar nestes três níveis aspectos que possibilitem realizar algo não mais como um conjunto de tarefas estáticas descritas, mas uma complexidade de situações em que o imprevisível se estabelece como uma constante, uma marca do mundo contemporâneo.

No nível da pessoa, Durand (2000) estabelece a competência como um conjunto inter-relacionado de conhecimentos, habilidades e atitudes que ao ser mobilizado permite alcançar resultados esperados em contextos específicos. Brandão e Guimarães (2001) salientam que ao enfatizar dinamismo e flexibilidade o conceito do autor francês alinha-se as demandas de trabalho da sociedade contemporânea e vem sendo empregado no meio acadêmico e no mercado de trabalho nas abordagens da competência na esfera profissional.

Na linha de Durand (2000), Miranda (2006) estabelece que competência é o agrupamento de recursos e capacidades mobilizados para solucionar situações práticas do trabalho em três dimensões: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitude).

A aceitação da flexibilidade implícita ao conceito de competência profissional culmina da necessidade de constante reflexão sobre a competência dos profissionais da informação frente às

demandas do mercado de trabalho e expectativas da sociedade atual. Bomfim (2012) alerta que o estabelecimento de novos paradigmas nas diversas áreas do conhecimento demanda a redefinição das práticas profissionais e impacta na atualização constante dos perfis de competência de todos os profissionais.

No que tange aos arquivos brasileiros e sua preservação enquanto patrimônio cultural, o profissional da informação arquivista se encontra em posição de ampla visibilidade pela responsabilidade social atribuída à profissão e as demandas do mercado de trabalho. Ao analisar anúncios de emprego no Brasil no período de 2012 a 2014, Bahia (2018) identificou que a competência solicitada “segurança do acervo” foi requerida 177 vezes.

Ao estabelecer os desastres como ocorrência indesejada da qual se necessita proteger os documentos de arquivo (notório patrimônio cultural da humanidade), o arquivista desponta para a sociedade e para o mercado de trabalho como um profissional que não pode abster-se de contribuir. É necessário, porém, que o profissional arquivista desenvolva competência (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) que possibilite atuar na elaboração e execução de planos de emergência em arquivos.

## 6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Vislumbra-se na abordagem em tela um oportuno diálogo interdisciplinar da Ciência da Informação com outras áreas de conhecimento sob o foco do profissional da informação arquivista e da proteção do patrimônio cultural mantido em arquivos.

A sociedade contemporânea espera um elevado compromisso social dos profissionais da informação para com a proteção do patrimônio cultural da humanidade. O mercado de trabalho almeja profissionais que atuem com eficácia na preservação e segurança dos documentos de arquivo.

Neste cenário, não cabe ao arquivista eximir-se de atuar em planos de emergência. Contudo, para que o arquivista possa atingir os resultados esperados para sua profissão em relação a esta demanda, necessita desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes específicas ainda carentes de estudos que representem a realidade brasileira.

Em um país de dimensões continentais e pluralidade social, este estudo que abrange arquivos de Santa Catarina se coloca como um primeiro passo de uma longa jornada a ser percorrida no âmbito das pesquisas brasileiras em Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 15489-1 Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo Parte1: Conceitos e princípios**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho**. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. de A. Gestão de Competências e Gestão de Desempenho: Tecnologias Distintas ou Instrumentos de um Mesmo Construto? **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 1, jan./mar, p. 8-15, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000100002>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BOMFIM, R. A. Competência profissional: uma revisão bibliográfica. **Revista Organização Sistêmica**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 1, jan./jun, p. 46-63, 2012. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/app/biblioteca/pdf/AR500493.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BUCHANAN, S. A. **Disaster planning, preparedness and recovery for libraries and archives: a RAMP study with guidelines**. Paris: UNESCO, 1988, 182 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000079813>. Acesso em: 14 set. 2019.

CARDOSO, D.; PINTO, A. L. Fluxo de informação em desastres naturais: os quatro desafios para as ações de resposta. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 98-115, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3445>. Acesso em: 13 set. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005, 20 p. Disponível em:

[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/recomendaes\\_para\\_a\\_produo.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_produo.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 34, de 15 de maio de 2012. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos –SINAR**. Disponível em:

[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_\\_resgate\\_acervos\\_completa.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf). Acesso em: 20 mai. 2019.

DURAND, T. L'alchimie de la compétence. **Revue Française de Gestion**. Paris, v.127, n.1, Jan., p. 84-102, 2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/251010834\\_L'alchimie\\_de\\_la\\_competence/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/251010834_L'alchimie_de_la_competence/citation/download). Acesso em: 22 nov. 2019.

FLEISCHER, S. V; HEPPNER, M. J. Disaster Planning for Libraries and Archives: What You Need to Know and How to Do It. **Library & Archival Security**, Philadelphia, v. 22, p.125-140, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01960070902904167?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 14 set. 2019.

FLEURY, M. T. L; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.5, n. esp., p.183-196, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-6552001000500010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552001000500010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 nov. 2019.

FUGUERAS, R. A.; MUNDET, J. R. **Los archivos del poder: el poder de los documentos**. Madri: Alianza Editorial, 2008.

FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. **Los archivos de américa latina: informe experto de la fundación histórica Tavera sobre su situación actual**. Madri: CYAN Proyectos y Producciones Editoriales S.A, 2000. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/792221468758394190/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

HERNANPÉREZ, A. S. **Los desastres em los archivos: cómo planificarlos (uma guía em siete pasos)**. Gijón: Ediciones Trea, 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Declaração universal sobre os arquivos**. França: 2010, 1p. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-on-Archives\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Guidelines on disaster prevention and control in archives**. França: 1997, 40p. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_Study-11-Disaster-prevention-and-control-in-archives\\_EN.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-11-Disaster-prevention-and-control-in-archives_EN.pdf). Acesso em: 1 ago. 2019.

KOSTAGIOLAS, P, ARAKA, I, THEODOROU, R, BOKOS, G. Disaster management approaches for academic libraries: an issue not to be neglected in Greece. **Library Management**, Bingley, v. 32, n. 8/9, 516-530, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/254187914\\_Disaster\\_management\\_approaches\\_for\\_academic\\_libraries\\_An\\_issue\\_not\\_to\\_be\\_neglected\\_in\\_Greece](https://www.researchgate.net/publication/254187914_Disaster_management_approaches_for_academic_libraries_An_issue_not_to_be_neglected_in_Greece). Acesso em: 22 nov. 2019.

MCILWAINE, J. **Prevención de desastres y planes de emergencia: compendio de la IFLA**. França: IFLA, 2006, 86 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi6-es.pdf>.

Acesso em: 25 ago. 2019.

MIRANDA, S. V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, set./dez, p. 99-114, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1117/1252>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NYANGA, E.; NENGOMASHA, C. T.; BEUKES-AMISS, C. M. Disaster Preparedness and Management at the National Archives and the National Library of Namibia. **African Journal of Library Archives and Information Science**, Makhanda, abr., v. 28, ed. 1, p. 77-91, 2018. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ajlais/article/view/174153>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar., p. 41-62, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 11 jan. 2019.

STÊNICO, J. A. DE G.; ADAM, J. M. Da qualificação às competências: o papel atribuído à educação na formação do trabalhador. **Textura - Revista de Educação e Letras**. Canoas, v. 19, n. 40, mai./ago., p. 237-251, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2305>. Acesso em: 12 out. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. Paris: UNESCO, 2002, 67 p. disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **No Rio seminário global discute prevenção de incêndios na gestão do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-rio-seminario-global-discute-prevencao-de-incendios-na-gestao-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 25 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995 - 2014**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2016, 230 p. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/01/111703-WP-CEPEDRelatoriosdeDanoslayout-PUBLIC-PORTUGUESE-ABSTRACT-SENT.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Fogo atinge dependência do MHNJB; Reitoria compromete-se a trabalhar para reparar danos**. Minas Gerais, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/fogo-atinge-dependencia-do-mhnjb-reitoria-se-compromete-a-trabalhar-para-reparar-danos>. Acesso em: 17 jun. 2020.